

A CONSCIÊNCIA ÉTICA E CRÍTICA DO OPRIMIDO EM CONTRAPOSIÇÃO ÀS TEORIAS LIBERAIS

THE ETHICAL AND CRITICAL CONSCIOUSNESS OF THE OPPRESSED AS OPPOSED TO LIBERAL THEORIES

*Atair Silva de Sousa(Ma.)**



Imperatriz (MA), v. 3, n. 5, p. 2-15, jul./dez. 2021
ISSN 2675-0805

Recebido em: 16 de agosto de 2021
Aprovado em: 20 de novembro de 2021

RESUMO

Para este estudo foi realizada uma breve análise das teorias libertadoras da ação dialógica com foco na atividade colaborativa, organizacional e cultural em oposição às teorias liberais da atualidade. O objetivo consistiu em dialogar com o pensamento educacional freireano e verificar se há relação entre este pensamento e a construção histórica dos Direitos Humanos. A partir dessa verificação, associá-la com a prática educativa freireana na sua utilização como uma ferramenta de luta e em contraposição às investidas da classe dominante representada pelas teorias liberais. Adotou-se uma metodologia com características bem definidas, sendo de natureza propositiva, com uma abordagem qualitativa, exploratória e com procedimentos bibliográfico e documental. As evidências dão conta de como o pensamento teórico e a concretude das ações dialógicas confirmam a presunção sobre o potencial educativo das práticas da libertação em ações formativas de causas sociais e econômicas e o encontro de tais práticas com a pedagogia libertadora proposta por Paulo Freire.

Palavras-chave: Teorias Liberais. Educação Libertadora. Estado e Sociedade. Direitos Humanos.

ABSTRACT

For this study, a brief analysis of the liberating theories of dialogical action was carried out with a focus on collaborative, organizational and cultural activity in opposition to the current liberal theories. The aim was to discuss Freirean educational thought and verify whether there is a relationship between this thought and the historical construction of human rights. Based on this verification, it should be associated with Freirean educational practice in its use as a tool for struggle and in opposition to the attacks of the dominant class represented by liberal theories. A methodology with well-defined characteristics was adopted,

* Doutorando em Educação pela Universidade de São Paulo (USP). E-mail: atair.sousa@usp.br, ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1355-8797>.

being of a propositional nature, with a qualitative, exploratory approach and with bibliographical and documental procedures. The evidences show how the theoretical thought and the concreteness of the dialogical actions confirm the assumption about the educational potential of the practices of liberation in formative actions of social and economic causes and the encounter of such practices with the liberating pedagogy proposed by Paulo Freire.

Keywords: Liberal Theories. Liberang Education. State and Society. Human Rights.

1 Introdução

Os Direitos Humanos (DH) têm sido a base das conquistas sociais, dentre elas, o acesso, a permanência e a conclusão de cursos de graduação e pós-graduação no país por parte de estudantes historicamente pertencentes a classes desfavorecidas. Oliveira, Brackem e Nakano (2021) defendem que o paradigma da “[...] Educação Inclusiva ganhou relevância nas últimas décadas em movimentos internacionais movidos pelo direito fundamental que todos têm à educação, em todos os seus níveis e fases de escolaridade” (OLIVEIRA; BRACKEM; NAKANO, p. 372).

Padilha et al. (2019) apontam que na obra freireana há menção de como lidar com a necessidade da descolonização das mentes, a qual aconteceria por via da educação emancipadora e, por meio dela, uma desconstrução do projeto hegemônico de dominação. Nesse sentido, a educação seria o centro de difusão do poder. Um elemento central da educação crítica é a educação em DH, “[...] tendo em vista que ela é estratégica para assegurar o conhecimento socialmente produzido pela humanidade, [...] uma convivência de respeito e de reconhecimento da diversidade humana” (PADILHA et al., 2019, p. 41).

A teoria freireana orienta que a formação revolucionária, transformadora da ordem social, econômica e politicamente injusta, é possibilitada pela conscientização das massas populares por meio de um método pedagógico dialógico. Com isso, a educação em DH é uma instituição poderosa que está se desenvolvendo mundo afora como uma instância crucial da estrutura dos DH. Para Foley (2021, p. 78), “[...] no estabelecimento dos DH, eles precisaram ser escritos, acordados e adotados. A necessidade de declarações de consenso declarativo sobre os DH impossibilita que eles sejam verdadeiros, a priori.”

O leitor atento, na obra de Paulo Freire, depara-se com a questão do facilitar o aprendizado como um processo de superação da rejeição no interior de seu ser, de seu próprio direito de participar da educação, a educação crítica dos DH que se torna um ato social que visa à libertação. Essa prática dialógica facilita a aplicação do pensamento crítico sobre o discurso dominante dos DH (WOLDEYES, 2018).

Assim, tendo o pensamento freireano como ponto de partida de que a leitura de um texto demanda o conhecimento do contexto social a que se refere, concebe-se como enriquecedor e importante retomar e contextualizar o plano de

fundo histórico-social em que a obra *Pedagogia do Oprimido* (FREIRE, 1987) foi difundida e discutir a proposta educativa dessa obra em análise.

Do lado oposto, a teoria do liberalismo traz algumas referências que dão conta do ponto de vista de quem participa da visão de direitos distorcidos. Nos primórdios do liberalismo, Locke (1994) trazia em suas teorias as principais ideias que mais tarde serviriam de base para o desenvolvimento desse modelo de política de governo. Ele defendia que a liberdade natural consistia na não submissão a qualquer obrigação exceto a da lei da natureza. A partir desse raciocínio, a liberdade natural do homem deve estar livre de qualquer poder superior, ou seja, a liberdade do homem na sociedade não deve estar edificada sobre qualquer poder legislativo (LOCKE, 1994).

Na outra ponta, Rousseau (2000) traz à tona que o homem nasce livre, que a ordem social é um direito sagrado. Nesses termos, os homens em absoluto não são naturalmente iguais. Com isso, a força não faz o direito e que renunciar à liberdade é renunciar à qualidade do homem. Portanto, há diferença entre subjugar uma multidão e reger uma sociedade, pois cada indivíduo pode ter uma vontade particular, contrária ou diversa da vontade geral (ROUSSEAU, 2000).

Traçando essas trajetórias, este filósofo vai aos poucos desenhando um portal do contrato social. Pode-se perceber, assim, como a natureza dá a cada homem poder absoluto sobre todos os membros, o pacto social dá ao corpo político um poder absoluto sobre todos os seus. Com isso, a ordem social é um direito sagrado e o pacto social estabelece entre os cidadãos uma igualdade (ROUSSEAU, 2000).

Nesses termos e diante do exposto, neste estudo, buscou-se um debate em torno de questionamentos como, por exemplo: quais desafios e dificuldades têm se encontrado na implementação das relações entre a teoria freireana e a construção dos DH? Como se dá na atualidade o confronto entre a persistência do liberalismo e o ensinamento de Paulo Freire no contexto dos DH?

Para este estudo, o objetivo consistiu em dialogar com o pensamento educacional freireano e verificar se há relação entre este pensamento e a construção histórica dos DH. A partir dessa verificação, associá-la com a prática educativa freireana na sua utilização como uma ferramenta de luta e em contraposição às investidas da classe dominante representada pelas teorias liberais. Para tal, uma metodologia com características bem definidas foi desenvolvida, sendo de natureza propositiva, com uma abordagem qualitativa, exploratória e com procedimentos bibliográfico e documental.

Foi no contexto dos processos da construção dos DH com referência nas obras freireanas que este trabalho foi desenvolvido e organizado. Além desta introdução, foram desenvolvidas mais três seções assim distribuídas: na segunda seção, foi disposto o objetivo deste trabalho; na terceira seção, foi apresentada a metodologia desenvolvida; na seção seguinte, foram dispostas as análises e discussões das obras analisadas; por fim, foram apresentadas as considerações finais trazendo uma síntese do trabalho e finalizou-se com as referências.

2 Procedimentos metodológicos

A pesquisa trata-se de um estudo de metodologia com características bem definidas, sendo de natureza propositiva, com uma abordagem qualitativa, com objetivo exploratório e procedimentos bibliográfico e documental.

a) *Exploração e busca em banco de dados*

A pesquisa bibliográfica e a análise documental foram orientadas por fluxo que levasse em conta uma ordem cronológica dos textos. A partir dessa orientação, procurou-se dar uma sequência lógica à descrição e narrativa dos métodos realizados nesta pesquisa.

O processo de busca e a pesquisa bibliográfica foram concluídos em agosto de 2021. Três bancos de dados foram selecionados para identificar estudos relevantes. Estes foram o *Scientific Electronic Library Online (Scielo)*, o Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e o Elsevier (*Science Direct*). A busca nessas bases de dados permitiu uma revisão do conteúdo acadêmico mais recente, mas também histórico e específico, e multidisciplinar.

As palavras-chave para a busca sistemática incluíram uma combinação dos termos: “teorias liberais”; “educação libertadora”; “Estado e sociedade”, e “Direitos Humanos”, nas bases de dados em língua portuguesa. Nas bases de dados em língua inglesa: “*liberal theories*”, “*liberating education*”, “*State and society*” e “*Human Rights*”. Nas bases de dados em língua espanhola: “*teorías liberales*”, “*educación liberadora*”, “*Estado y sociedad*” e “*Derechos Humanos*”.

O processo de busca foi realizado em duas etapas. A fim de garantir certo grau de qualidade, o objetivo da primeira etapa era identificar exclusivamente artigos de periódicos publicados nos três bancos de dados. Como segundo passo, foram identificados livros e capítulos de livros, assim como dissertações e teses.

b) *CrITÉrios de elegibilidade e lógica*

No Quadro 1 estão apontados os critérios adotados e as análises realizadas para a seleção dos artigos e demais obras que pudessem contribuir com este estudo.

Quadro 1 – Critérios para elegibilidade das Referências

CRITÉRIO - FOCO		
Assunto/Variável	População de Interesse/Tema	Idioma/Língua
Educação libertadora. Direitos Humanos. Liberalismo/Neoliberalismo educacional.	Classes políticas. Classes opressoras e oprimidas Educação em direitos humanos. Grupos de estudantes inseridos em políticas afirmativas	Língua portuguesa.
Educação, Estado e Sociedade.	Obras Freireanas.	Língua espanhola. Língua inglesa.

Fonte: Elaborado pelo autor.

Os estudos foram excluídos da análise se eles se concentraram em temas sem vínculos com processos educativos, e ainda estivessem fora do período de abrangência deste estudo, bem como aqueles que apenas faziam referências periféricas aos temas em debates neste estudo. Além disso, estudos que visavam exclusivamente validades específicas locais ou regionais, ou estudos que discutiam os assuntos abordados neste estudo sem nenhuma referência específica à educação formal ou estudo focado em redes on-line, juntamente com aqueles que não visavam, explícita ou implicitamente, o tema ou assunto relacionado com este estudo.

c) *Triagem e seleção*

A tabela 1 fornece uma visão geral do processo de triagem e seleção.

Tabela 1. Referências selecionadas para a pesquisa.

TRIAGEM E SELEÇÃO DAS REFERÊNCIAS				
Banco de Dados	Estado e Sociedade	Educação Libertadora	Direitos Humanos	Total de obras/títulos
Scielo	4	8	9	21
Periódicos da CAPES	6	15	12	33
Science Direct	5	10	9	24
Total	15	33	30	78

Fonte: Elaborada pelo autor.

A pesquisa bibliográfica foi realizada entre março de 2021 e agosto de 2021. Um total de 78 artigos foi identificado para triagem de títulos. Uma base de dados de todos os 78 estudos foi criada, incluindo resumos e informações bibliográficas. Títulos e resumos de cada artigo foram verificados quanto aos critérios de inclusão/exclusão. Após a conclusão dessa etapa, 44 estudos foram analisados para critérios de inclusão/exclusão, pois preenchiam os critérios de inclusão e, portanto, selecionados para revisão de texto completo.

Após a revisão do texto integral, 32 estudos foram excluídos com base nos critérios de inclusão/exclusão e acesso ao texto integral. Finalmente, 12 artigos foram selecionados para análise temática. Além disso, os resumos e títulos de 2 livros, 1 dissertação e 2 teses foram incluídas na revisão final. Ademais, em função da pesquisa documental, bibliotecas virtuais e de instituições de ensino foram consultadas, quais consistem em fontes internas de documentos oficiais governamentais disponíveis em portais, como por exemplo, do mec.gov e do inep.gov, e fontes externas de órgãos internacionais como, por exemplo, a *United Nations Education, Scientific and Cultural Organization* (UNESCO).

Finalmente, a partir dessas outras fontes foram incluídos artigos identificados a partir de: uma pesquisa exploratória conduzida pelo autor em *Science Direct* e em Portais Institucionais antes de iniciar a busca sistemática; e buscas do autor realizadas para outros projetos e publicações. Com base nessa estratégia, foram incluídos 2 artigos e 1 relatório para a análise temática final.

d) Confiabilidade

A fim de evitar distorções durante a seleção, bem como na fase de análise, o autor consultou os termos de busca, códigos e métodos regularmente com revisores de pares do autor que são especialistas na condução de pesquisas baseadas em literatura e na gestão de literatura acadêmica. Através da discussão regular e da codificação e correspondência simultânea aleatória, a confiabilidade dos resultados do autor tem sido revisada criticamente.

3 Diálogo entre a *Pedagogia do Oprimido* e os Direitos Humanos

A abertura de processos de luta pela dignidade humana destrava a força emancipadora dos direitos: no conceito e na prática, em sua pluralidade e diversidade de formas de abordar as lutas pela dignidade. Os direitos não podem se reduzir às normas. O direito não é uma técnica neutra, é um meio, resultado das lutas e interesses sociais (LOCKE, 1994). A perspectiva adotada aponta que os DH são processos, lutas que os seres humanos colocam em prática. A questão é como um direito humano se transforma em direito, a garantia jurídica.

O diálogo não se pauta em um processo histórico, ele, na verdade, seria a projeção da historicidade. Por assim dizer, a consciência e a realidade não atuam sincronicamente (FREIRE, 1987). Nessa via de análise, o diálogo se processa por meio de uma consciência crítica. Seria uma tendência de mudar a realidade a partir de uma necessidade distanciada da problematização para o gerenciamento de direitos a serem construídos segundo um senso crítico.

Os direitos reconhecidos e as práticas sociais acabam por gerar pontos de inflexão. Daí a necessidade de se pensar não somente nos direitos, mas também no bem adquirido para que o modo de viver seja com dignidade. A luta pela dignidade se dá, principalmente, por meio dos DH, com acesso igualitário e, naturalmente, que não esteja hierarquizado. São princípios que tornam e garantem que a vida seja vivida com dignidade.

É válido enfatizar a importância do contexto em uma situação do indivíduo, com a atenção ao sofrimento humano e como os personagens humanos compartilham o reconhecimento das responsabilidades. Nesse sentido, os personagens exercem o princípio da solidariedade uns para com os outros e, também para com a vida real, atuando em situações semelhantes às situações vividas pelos personagens (LEAKE, 2016). O modelo de conscientização normalmente apresenta os DH na educação formal como um modo de conteúdo padronizado e normatizado pelos governos. Esse modelo visa às escolas e aos estudantes destas escolas, buscando fornecer instruções diretas sobre o que são os DH (FOLEY, 2021).

Como assinalaram Sierra e Freire (2021), nos períodos mais turbulentos da crise capitalista, a classe burguesa dominante se associou aos ultraconservadores, “[...] revigorando das bases do autoritarismo social, retomando ideologicamente os valores da família, da religião e da propriedade, no objetivo de construir na sociedade o consenso para a reconstrução do autoritarismo político.” (SIERRA; FREIRE, 2021, p. 172).

Sierra e Freire (2021) lembram ainda que “o processo de vigilância e do controle social são centrais, reforçando na sociedade seus apelos quanto à articulação entre a ordem e as forças de segurança, mais do que o respeito à sua base no direito.” (SIERRA; FREIRE, 2021, p. 175). Nesse contexto, o neoliberalismo fez ressurgir o neoconservadorismo que revigorou o controle das instituições contemporâneas, retomando a moral tradicional e reivindicou, ao mesmo tempo, o aumento da repressão do Estado contra os oprimidos.

Retomando a pedagogia de Paulo Freire, segundo Carvalho e Pio (2017), “a formação revolucionária, transformadora da ordem social, econômica e politicamente injusta, é possibilitada pela conscientização das massas populares por meio de um método pedagógico dialógico.” (CARVALHO; PIO, 2017, p. 431). Os autores justificam que “dialógico porque vai da realidade à consciência, da consciência à realidade, em um movimento esclarecedor e transformador” (GUTIÉRREZ, 1988, p. 108 *apud* CARVALHO; PIO, 2017, p. 431).

Woldeyes (2018) chama a atenção para o fato de que os estudiosos dos DH se preocupam com uma pedagogia dos DH que respeita a diversidade e a aplicabilidade transcultural de definições e temas da sociedade que são propósitos dos DH. Segundo o autor, “estamos plenamente conscientes de que nosso currículo e práticas de ensino estão embutidos em estruturas epistêmicas hierárquicas que são legados de tradições intelectuais colonialistas e europeias” (WOLDEYES, 2018, p. 25).

Portanto, pode-se verificar que do ponto de vista pedagógico crítico, a educação em DH “[...] pode ser abordada como um tema de diálogo crítico entre sujeitos que dialogam entre si para refletir sobre sua realidade à medida que a fazem e refazem [...]” (SHOR; FREIRE, 1987, p. 13, *apud* WOLDEYES, 2018, p. 29). Importante sinalizar que essa abordagem procura superar o modelo bancário de educação, superação essa difundida pelas teorias freireanas, em que os DH seriam um produto que procuraria referenciar a realidade concreta do mundo. Como bem demonstrado pela teoria freireana, no modelo bancário de educação, os alunos não participam e nem constroem, na produção de conhecimento, com base em suas experiências (WOLDEYES, 2018).

4 A Escola libertadora como um forte na defesa contra a classe dominante

Para Brown (2020, p. 18), seria necessário “analisar criticamente o significado da identidade, concentrando-se nas interações entre grupos de pessoas e resistindo a construções sociais opressivas, [...] de orientação sexual dominante e identidades de gênero”. Nesse sentido, os professores atuantes devem se fortalecer diante da escola e situar as escolas como um lugar para questionar, explorar, libertar e buscar explicações sugestivas, em substituição a um lugar no qual o conhecimento advém de certeza, autoridade e estabilidade (BROWN, 2020).

A neutralidade se posiciona na impossibilidade e exige um ensinar com comprometimento. A teoria freireana adverte para essa concretude com que a ideologia dominante insinua a neutralidade da educação. Assim, contrariamente,

na prática pedagógica não pode haver omissão, mas um sujeito de opções e de ações. Dialogando e revelando aos estudantes a capacidade e a necessidade de analisar, comparar, avaliar e decidir, a educação precisa romper a escola como instrumento de reprodução através da transmissão de postura que reproduza de forma natural a hierarquização social.

Deve-se ter assim a postura de uma educação que liberta dos princípios de uma educação bancária e que permite a tomada de consciência e da ação que se dirige “[...] à diminuição de situações de exploração, marginalização, falta de poder, imperialismo cultural e violência, como educação libertadora e emancipatória, a pedagogia do oprimido como anunciado por Freire.” (WOLDEYE, 2018, p. 29).

Ao longo dos séculos XIX e XX, por meio de estudos na área de ciências humanas, especialistas dessa área desenvolveram princípios considerados universais que se referem a saberes abstratos, como os direitos humanos, a democracia, o progresso e a igualdade. Entretanto, esses processos ignoraram conflitos que geram divisões, nos quais o consenso e a paz são reformulados. De acordo com Mattos e Gomes (2021), “o cosmopolitismo serve de ferramenta intelectual para pensar em termos históricos e comparativos as escolas como lugares que conectam a individualidade com o pertencimento coletivo [...] reforma e pesquisas pedagógicas.” (MATTOS; GOMES, 2021, p. 5).

Torres e Carril (2021) apontam que Paulo Freire sempre se posicionou em favor de uma educação libertadora em uma relação horizontal, por meio do diálogo entre saberes e da problematização de conhecimentos contextualizados na realidade concreta, sendo conscientizadora, humana e democrática. Nesses termos, de acordo com as autoras, o consumo contribuiu para que outras estruturas da sociedade passassem a ser questionadas, inclusive com a formação de ilusão, explorando as desigualdades sociais e econômicas que são cada vez maiores, a partir da ascensão das políticas neoliberais.

As contradições neoliberais se ocultam na realidade consumista para produzir na sociedade diversos tipos de ilusões que irão permitir a produção da falsa sensação de pertencimento. Esse fato faz parte de uma estratégia para o controle e a manutenção da desigualdade social e econômica. Dois termos sagrados para os liberais, “liberdade” e “democracia”, são ferramentas promissoras nas projeções de ilusões que compactuam com a formação de exércitos de empreendedores que se sentem parte de uma classe elitizada e, portanto, capitalista e proprietária dos grandes meios de produção.

Contraopondo essa ilusão, sabe-se que a educação libertadora abre horizontes para a verdadeira democracia “[...] ao permitir a visibilidade dos não brancos, das mulheres, dos LGBTQIA+ e das/dos marginalizadas (os), interferindo nas relações de poder presentes na educação via construção da consciência crítica para a ação crítica e transformadora no mundo.” (TORRES; CARRIL, 2021, p. 20).

5 A consciência crítica do oprimido e as realidades liberais da atualidade

Retornando aos primórdios do liberalismo, é interessante restabelecer certos alertas. De início, alerta-se que o Estado natural já não atendia às demandas daquele momento de discussões filosóficas dos Séculos XVII e XVIII. O Estado de natureza saíria de cena para a entrada do Estado civil. Um novo cenário estaria posto e determinaria no ser humano uma mudança profunda. Emerge o Estado civil, que se fazia necessário diante de novos conceitos para a liberdade e para a moral, única a tornar o ser humano verdadeiramente dono de sua vida. Segundo esse pensamento, todo ser humano tem naturalmente direito a quanto lhe for necessário (CERQUEIRA, 2002).

Locke (1994), procurando justificar o direito dos súditos de se rebelarem contra um monarca tirânico, “[...] partiria de uma apresentação dos direitos naturais dos homens, entre os quais a propriedade sobre aquilo que criado por seu trabalho, direitos estes que já resistiam à constituição de qualquer sociedade política.” (CERQUEIRA, 2002, p. 159). Nesse âmbito da relação indivíduo versus indivíduo, “[...] Rousseau descreve uma forma distinta de ser afetado por outros: uma em que as outras pessoas são assustadoras [...] porque são capazes de se avaliar a si próprios, de se diferenciar de outros seres.” (DAVIES, 2020, p. 310).

A interpretação neoliberal dos direitos individuais transporta Locke (1994) como o defensor do individualismo possessivo nas primeiras décadas do Século XX, o que se configurava como a “[...] apropriação ilimitada da riqueza que liberta a propriedade de suas obrigações sociais [...] interpretação que repousa na ideia de que Locke deixou a definição de propriedade para o Estado.” (WONG, 2020, p. 373).

A alienação total do Estado não é autoridade externa obedecida pelo indivíduo. É por intermédio da lei que os ditames da razão e da consciência ocorrem. Nesse caso, a submissão à vontade geral conduz à liberdade e à moralidade. O indivíduo liberto dos limites de seu próprio ser individual experimenta a essência da fraternidade e da igualdade (ROUSSEAU, 2000).

Nesse contexto, as realidades liberais se opõem à atuação de um Estado que tende a exercer seu papel soberano e garantir uma sociedade justa e próspera. Assim, os reflexos da globalização da economia associados ao Estado neoliberal repercutiram diretamente no sistema educacional brasileiro com impactos profundos na educação superior do país. Para Bobbio (2004), o neoliberalismo seria uma doutrina do liberalismo político, que seria apenas um modo de realização e operacionalização de uma defesa intransigente da liberdade econômica.

Nesse sentido, “o neoliberalismo não é apenas uma ideologia, um tipo de política econômica. É um sistema normativo que ampliou sua influência ao mundo inteiro, estendendo a lógica do capital a todas as relações sociais e a todas as esferas da vida” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 7).

Na extensão dessa narrativa, é possível inferir que o mundo globalizado e os Estados nacionais são vítimas do neoliberalismo (BALL, 2014). Diferentes projetos e programas educacionais evidenciam como a marca neoliberal, por meio do gerencialismo, tem avançado nas sociedades e adentrado no pensamento educacional.

Seria relevante destacar a ressonância disso no que Laval (2004) apresenta acerca do discurso neoliberal. O autor apresenta que o discurso neoliberal coloca as instituições de ensino como uma simples empresa comercial que emprega o capital humano ao mercado. Ele destaca a diferença entre a definição de democracia no discurso neoliberal e a definição de democracia na escola intelectual.

Com isso, o autor aponta as contradições do discurso das instituições de ensino neoliberal, destacando o papel fundamental das organizações internacionais em expandir pelo mundo a tragédia vivida pelas instituições de ensino estadunidenses (LAVAL, 2004). O neoliberalismo projeta na educação uma concepção de sociedade baseada em um livre mercado como sendo uma mera mercadoria. Essa lógica avança e produz o social com qualidade, depurando a ineficiência e a ineficácia por meio da concorrência. Nesse sentido, essa visão generaliza a concepção das atividades do Estado que produziria uma sociedade melhor (FREITAS, 2018).

Nas duas décadas do Século XXI, o acesso e a permanência na escola em todos os níveis educacionais são direitos inegociáveis na formação e na transformação do ser humano. São fatores primordiais na construção de uma sociedade mais justa em seus diversos espaços de discussão, refletindo em múltiplas visões de correspondência da construção e continuidade de uma sociedade melhor (GUERRERO, 2021). A educação e seus múltiplos desafios não podem ser considerados isoladamente do contexto político, social, econômico e cultural em que ela ocorre. Isso porque, em cada país, a educação corresponde ao tipo de sociedade existente.

É preciso, portanto, deslocar o referencial d mundo vivido para problematizá-lo e decodificar criticamente suas nuances, trazendo o movimento da consciência humana para uma atuação de sujeito instaurador (FREIRE, 1987), permitir que a aprendizagem seja importante na elaboração da inclusão socioeconômica, no currículo e na promoção social. Esses pressupostos fornecem ao indivíduo a liberdade de aprender, pesquisar e desenvolver seus pensamentos críticos da realidade. Nesse caso, “tendo como suporte a abordagem de conhecimentos do desenvolvimento humano e sua formação integral na arte do bem viver.” (PADILHA et al., 2019, p. 8).

Como já mencionado anteriormente, por meio da teoria freireana que propõe uma pedagogia crítica e revolucionária, é possível resgatar uma concepção crítica e emancipatória pela qual o diálogo, a interação e a mudança possibilitem atender aos desafios que surgir. A partir dessa análise, é possível defender que a obra *Pedagogia do Oprimido* continua atualíssima.

Portanto, a necessidade de uma prática dialógica, em oposição à educação bancária, que contribua para a libertação de opressão e para a transformação em sujeito social que não pode acontecer isoladamente. Na atualidade, a obra de Paulo Freire é uma das mais combatidas pelas forças ultraconservadoras e fascistas. As teorias freireanas sofrem ataques de variadas formas e em vários momentos, sendo por meio das redes sociais a forma mais cruel desses ataques, pois tais redes sócias (*Twitter, WhatsApp, Telegram, Instagram, ...*) se transforma em “robôs” e se tornam o vetor da disseminação de notícias falsas. Estes “robôs” são responsáveis pela propagação de ódio, sendo programados para oprimir todo aquele que seja abduzido por suas manobras.

Na realidade do país, a fome, o desemprego, a discriminação e a desigualdade socioeconômica são algumas das situações que evidenciam estarem tão atuais as ideias freireanas no combate à opressão. Os embates e as tentativas de oprimir propagam-se pelo país afora com uma política de retrocessos e negacionismo e ataques à educação e ao conhecimento. Com isso, oprimidos se unem aos abandonados à própria sorte na defesa de uma política que atenda à necessidade de todos. Política esta que se atente para o respeito à diversidade, à atenção e cuidados aos pobres e à dignidade humana.

Ao analisar as obras de Paulo Freire, não se percebe diretamente menção aos DH. Contudo, é perfeitamente possível estabelecer reflexões sobre os DH com base em suas teorias do conhecimento para a concepção de Educação em DH. Isso se torna possível ao avaliar-se a articulação da realidade social com a cultura dos educandos, quando os conteúdos são abordados de forma problematizadora. Nesse momento, o ato político se torna evidente e compreende a educação como uma forma de intervenção no mundo concreto (PADILHA et al., 2019).

Os oprimidos em cada cultura são, portanto, aqueles que definem as transformações futuras. Esse fato tem como pano de fundo a imediata denúncia do velho, do vigente, da visão dominadora. O diálogo gira em torno das situações da opressão, da violação da dignidade humana. Esses consensos iniciarão um longo processo de invalidação da concepção dominante sobre a dignidade humana, que é justamente a perspectiva liberal e eurocêntrica dos DH.

Por fim, considera-se que as lutas são tão necessárias no combate ao ambiente de opressão, pois projetam seus focos na luta por valores democráticos, que recusa o egoísmo do individualismo e busca construir relações de cooperação e de cidadania, almejando a superação do modo deplorável de exploração e opressão. Daí a simplicidade e a importância das teorias freireanas da ação dialógica em seus quatro elementos fundamentais: colaboração, união, organização e síntese cultural.

6 Considerações finais

Ao avaliar o pensamento do oprimido, seria necessário considerar que a consciência é permeada de mistério e contradição que produzem a capacidade de distanciar o homem do imediatamente presente (FREIRE, 1987). Com isso, os questionamentos postos neste estudo procuram se situar nas contradições e tentam demarcar posicionamentos.

Nesses termos, o que levou aos questionamentos: quais desafios e dificuldades têm se encontrado na implementação de relações entre a teoria freireana e a construção do DH? Como se dá na atualidade o confronto entre a persistência do liberalismo e o ensinamento de Paulo Freire no contexto dos DH? Puderam ser averiguados por meio das leituras contidas no acervo das obras consultadas.

Dentro dessa problemática, foi possível atingir o principal objetivo deste estudo: dialogar com o pensamento educacional freireano e verificar se há relação entre este pensamento e a construção histórica dos Direitos Humanos. A partir dessa verificação, associá-la com a prática educativa freireana na sua utilização como uma ferramenta de luta e em contraposição às investidas da classe dominante representada pelas teorias liberais.

Outro ponto que deve ser retomado nestas considerações finais, em função de sua importância dentro do processo de análise das políticas da escola libertadora, é a apropriação dos conhecimentos propostos por Paulo Freire diante da similaridade vivida por ele e as atuais realidades liberais, em especial no que se refere aos posicionamentos das comunidades escolar e acadêmica. Além de suas controvérsias, é importante aprofundar essa questão para que se tenha em mente as necessidades de combate aos procedimentos de exclusão dos mais pobres, dos negros, das mulheres, e outros mais, e principalmente do combate a toda forma de autoritarismo contra os oprimidos.

Por fim, considera-se que este estudo apresentou sua linha de contorno nos limites das obras consultadas. Nesse sentido, dificuldades podem surgir na comparação com outras fontes de outros estudos em períodos pertinentes, como por exemplo, as variáveis ora analisadas que não têm as mesmas conotações, sendo definidas, neste estudo, de modo arbitrário conforme a conveniência deste estudo, como, por exemplo: educação revolucionária, educação liberal e neoliberalismo educacional.

Assim, estudos futuros poderiam aprofundar ou mesmo dar novas dimensões de análises pertinentes sobre a comparabilidade das teorias freireanas e os DH; e sobre o custo efetivo no desgaste do capital humano em razão das investidas do capitalismo liberal e, assim, estender o entendimento da análise freireana e das demandas da classe dos oprimidos. Além disso, apontar outros meios que venham a contribuir com esta análise nos preâmbulos dos DH e da consciência crítica do oprimido face às políticas opressivas da classe dominante.

REFERÊNCIAS

BALL, Stephen. **Educação Global S.A**: Novas redes políticas e o imaginário neoliberal. Ponta Grossa, PR: UEPG, 2014.

BOBBIO, Norberto. **A era dos direito**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho: apresentação de Celso Lafer. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

BROWN, Anthony. Queering Teacher Education Through Intergroup Dialogue. **Educational Research for Social Change (ERSC)**. South Africa, v. 9, n. 2. p. 16-31, sept. 2020. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.17159/2221-4070/2020/v9i2a2>. Acesso em: 1 mar. 2021.

CARVALHO, Sandra Maria Gadelha; PIO, Paulo Martins. A categoria da práxis em Pedagogia do Oprimido: sentidos e implicações para a educação libertadora. **Revista Brasileira de Estudos pedagógicos**. Brasília, v. 98, n. 249, p. 428-445, mai./ago. 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.24109/2176-6681.rbep.98i249.2729>. Acesso em: 1 abr. 2021.

CERQUEIRA, Hugo Eduardo Araújo da Gama, Trabalho e Política: Locke e o Discurso Econômico. **Revista de Economia Política**, Belo Horizonte, v. 22, n. 1, p. 156-175, jan./mar. 2002. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0101-31572002-1241>. Acesso em: 1 mai. 2021.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: Ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

DAVIES, Byron; The Affective and the Political: Rousseau and Contemporary Kantianism. Tópicos, **Revista de Filosofia**. Ciudad de México/México, v. 59, [s.n.], jul./dec. 2020. Disponível em: <http://doi.org/10.21555/top.voi59.1110>. Acesso em: 1 abr. 2021.

FOLEY JR., William. Suggestions for Critical Awareness, Accountability, and Transformation in Human Rights Education. **Current Issues in Comparative Education (CICE)**. v. 23, [s.n.], p. 77 - 89 Issue 1, Winter, 2021.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREITAS, Luiz Carlos de. **A reforma empresarial da educação**: nova direita, velhas ideias. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

GUERRERO, Marcel Alejandro Doubront. Necesidad de una Hebegogía transformacional. **Rev. Int. Investig. Cienc. Soc.** Asunción/Paraguay, v. 17, n. 1, p. 175-194. jun. 2021. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.18004/riics.2021.junio.175>. Acesso em: 10 abr. 2021.

LAVAL, Christian. **A escola não é uma empresa**: o neoliberalismo em ataque ao ensino público. Londrina, Planta, 2004.

LEAKE, Eric. Writing Pedagogies of Empathy: As Rhetoric and Disposition. **Composition Forum**. v. 34. Summer, 2016.

LOCKE, John. **Segundo tratado sobre o governo civil e outros escritos**. 3. ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 1994.

MATTOS, Luiza Maria Abreu; GOMES, Maria Margarida. Environment as a cosmopolitan value: a comparative socio-historical analysis of the school biology curriculum. **Educação e Pesquisa**. São Paulo, v. 47, e230058, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1678-4634202147230058>. Acesso em: 1 mai. 2021.

OLIVEIRA, Jáima Pinheiro, BRACKEN, Seán; NAKANO Natália. Preliminary Indicators of the Use of Lesson Study as a Teaching Practice Capable of Enabling an Inclusive Perspective in Higher Education. **Rev. Bras. Ed. Esp**, Bauru/SP, v. 27, e0161, p. 371-390, jan./dez. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1980-54702021v27e0161>. Acesso em: 20 mar. 2021.

PADILHA, Paulo Roberto; ABREU, Janaina; GADOTTI, Moacir; ANTUNES, Ângela Biz. 50 olhares sobre os 50 anos da pedagogia do oprimido [livro eletrônico] / Paulo Roberto Padilha et. al., (orgs.). **Instituto Paulo Freire**, São Paulo, 2019.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Do contrato social**: ensaio sobre a origem das línguas. Tradução de Lurdes Santos Machado. São Paulo/SP: Ed. Nova cultura, 2000.

SIERRA, Vânia Morales. FREIRE, Silene de Moraes A moderna construção da vigilância e do controle social no Brasil. **Revista Katál**. Florianópolis, v. 24, n. 1, p. 168-176, jan./abr. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-0259.2021.e75233>. Acesso em: 1 mai. 2021.

TORRES, Juliana Rezende; CARRIL, Lourdes de Fátima Bezerra. Formação docente crítica em torno das questões de raça, etnia, gênero e sexualidade à luz da concepção de educação libertadora de Paulo Freire. **Educar em Revista**. Curitiba, v. 37, [s.n], p. 1-23, [s.d] e75679. 2021. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0104-4060.75679>. Acesso em: 1 jun. 2021.

WOLDEYES, Yirga Gelaw; Decolonizing Human Rights Education: Critical Pedagogy Praxis in Higher Education. **The International Education Journal: Comparative Perspectives**, Sydney, v. 17, n. 1, p. 24-36, 2018. Disponível em: <https://openjournals.library.sydney.edu.au/index.php/IEJ>. Acesso em: 1 jun. 2021.

WONG, Sulan. Sobre los fundamentos de la propiedad intelectual. **Problema: Anuario de Filosofía y Teoría del Derecho**. Ciudad de México, n. 14. p. 369-398, ene./dic. 2020. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.22201/ij.24487937e.2020.14.14915>. Acesso em: 1 jun. 2021.